



INVENTÁRIO DE CONHECIMENTO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO - BRASIL: GESTÃO TERRITORIAL E ZONEAMENTO

^{1,*}Arkley Marques Bandeira, ²Adilson Matheus Borges Machado, ³Kláutenys Dellene Guedes Cutrim, ⁴Conceição de Maria Belfort de Carvalho and ⁵Leonardo Silva Soares

¹Doutor em Arqueologia, Departamento de Oceanografia e Limnologia e Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e PRODEMA – Universidade Federal do Maranhão.

²Doutorando do Programa de Pós-graduação (Doutorado) em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará - Docente da Universidade Federal do Maranhão Coordenação do Curso de Engenharia de Pesca. ³Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, Departamento de Turismo e Hotelaria Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão. ⁴Doutora em Linguística e Língua Portuguesa, Departamento de Turismo e Hotelaria, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão.

⁵Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Departamento de Oceanografia e Limnologia e Professor Permanente do PRODEMA - Docente da Universidade Federal do Maranhão

ARTICLE INFO

Article History:

Received 25th January, 2021

Received in revised form

20th February, 2021

Accepted 19th March, 2021

Published online 24th April, 2021

Key Words:

Zoneamento, Gestão, Patrimônio Arqueológico, Ilha de São Luís, Maranhão.

ABSTRACT

Pesquisas nos últimos 10 anos vêm localizando sítios arqueológicos de distintos períodos e origens na Ilha de São Luís, estado do Maranhão. Em resumo, as pesquisas estão concluindo que toda a região insular foi ocupada por grupos humanos sem indícios de abandono da região, por pelo menos 7 mil anos. Trata-se, portanto, de um local atrativo para os grupos humanos, sendo considerada um lugar persistente, ou seja, uma região onde as características naturais e culturais tornam-na propícia à ocupação e reocupação humana ao longo dos milênios, que podem ser marcadas por ciclos de abandonos e reocupações. Este artigo apresenta uma proposta metodológica que vem sendo aplicada pelo projeto de pesquisa Inventário de conhecimento dos sítios arqueológicos dos municípios da Ilha de São Luís, Maranhão: gestão territorial e zoneamento.

Copyright © 2021. Arkley Marques Bandeira et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Arkley Marques Bandeira, Adilson Matheus Borges Machado, Kláutenys Dellene Guedes Cutrim et al. "Inventário de conhecimento dos sítios arqueológicos dos municípios da ilha de São Luís, Maranhão - Brasil: gestão territorial e zoneamento", 2021. *International Journal of Current Research*, 13, (04), 16998-17003.

INTRODUCTION

O projeto de pesquisa *Inventário de conhecimento dos sítios arqueológicos dos municípios da Ilha de São Luís, Maranhão: gestão territorial e zoneamento* vem realizando uma investigação pioneira na área de abrangência do mesmo, com o fito identificar, documentar e mapear o patrimônio

*Corresponding author: Arkley Marques Bandeira, Doutor em Arqueologia, Departamento de Oceanografia e Limnologia e Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e PRODEMA – Universidade Federal do Maranhão.

arqueológico pré-colonial e histórico nos quatro municípios que formam a antiga Ilha de *Upaon Açu* ou Ilha Grande do Maranhão, a saber as cidades de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. As pesquisas estão contribuindo para a construção do conhecimento inédito sobre o patrimônio arqueológico das cidades que formam a Ilha de São Luís, constituindo-se de uma iniciativa pioneira de sistematização dos dados arqueológicos já existentes na região, em conjunto com a identificação de novos bens arqueológicos em áreas desconhecidas da pesquisa científica, cujo produto final será materializado na *Carta Arqueológica da Ilha de São Luís*, bem como na elaboração de mapas temáticos variados e

de um banco de dados para caracterização dos sítios arqueológicos. O cerne da pesquisa está centrado descoberta, identificação e georeferenciamento de sítios arqueológicos, com vistas a propor a setorização da Ilha de São Luís para posterior zoneamento e gestão do território. A aplicabilidade da pesquisa é de extrema relevância, pois a expansão urbana em direção a áreas ainda não habitadas está colocando em risco o patrimônio arqueológico, ou seja, a expansão das cidades vem colocando em risco os bens arqueológicos.

No âmbito do projeto, os dados coletados estão sendo tratados a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), tendo em vista a classificação da área de estudo de acordo com seu potencial arqueológico. A partir disso, estão sendo criadas cartas e mapas, que possibilitarão a inserção do componente arqueológico na gestão do território, contribuindo para um gerenciamento da expansão urbana planejada para áreas com baixo potencial arqueológico, mitigando, consideravelmente, o risco de destruição desse componente cultural.

Para alcançar os objetivos propostos está sendo aplicado um *Inventário Prospectivo de Varredura e Conhecimento*, instrumento valioso para caracterização dos bens históricos e culturais de determinada região. O mesmo é ancorado em duas variantes: a primeira, relaciona-se com as categorias de sítio arqueológico, e a segunda, relaciona-se a um determinado tema, que no caso em questão é o recorte territorial. No âmbito da pesquisa, a aplicação do Inventário vem sendo feita em uma das regiões com o maior potencial arqueológico do Maranhão, conforme relatos de cronistas desde o século XVII, como os de Claude D’Abeville (2002) e Ives D’Evreux, mas que ao mesmo tempo, apresenta os mais elevados níveis de riscos e perdas ao patrimônio devido ao crescimento desordenado do principal aglomerado urbano do Estado (ALENCAR NETO, 2015).

Somam-se a isso uma defasagem entre os números oficiais sobre os sítios conhecidos nos municípios que formam a Ilha de São Luís e as informações dispersas em distintas fontes documentais. A esse respeito, apenas para os sítios arqueológicos relacionados aos grupos Tupi que viviam na Ilha de São Luís no período do contato com o colonizador europeu, no século XVII, Bandeira (2015) identificou 64 sítios, sem contar os assentamentos com outras características. A desatualização dos dados oficiais é um grande problema e um fator de complicação quando analisamos as políticas públicas para o território em consonância com a proteção do patrimônio arqueológico, justificando-se o desenvolvimento desta pesquisa.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Ilha de São Luís está situada ao norte do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, com área aproximada de 1.412,27 km². Segundo o IBGE, possui uma população estimada em 1.381.459, em 2014 (IBGE, 2021). Ela é composta por quatro cidades: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, conforme ilustrado na Figura 1. A área em estudo representa cerca de 20 % da população estadual e mais de 80% dos habitantes que residem em áreas urbanas no Estado, gerando uma densidade demográfica de 927 hab/km² e com a possibilidade de habitantes aumentar aproximadamente em 80 mil e densidade próxima a 980 hab./km² segundo

projeção do IBGE. Essa concentração acentuada de pessoas e serviços em um mesmo território está levando a uma conurbação urbana,

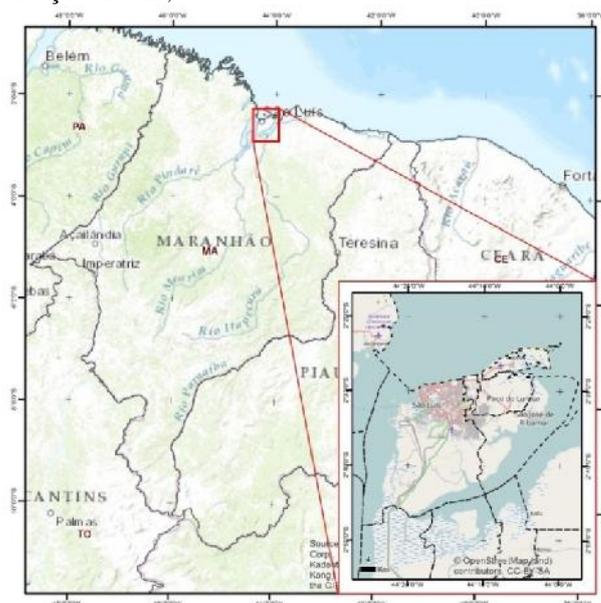


Figura 1. Mapa de localização da Ilha de São Luís ou Ilha Upaon-Açu

levando a um crescimento desordenado, a destruição de áreas verdes, perdas de espaços não construídos, que resultam na possibilidade significativa de perda de sítios arqueológicos. A literatura arqueológica para a Ilha de São Luís vem atestando a existência de uma quantidade considerável de sítios arqueológicos de povos ceramistas, a exemplo dos trabalhos de Bandeira (2013, 2015, 2018), que registraram sítios arqueológicos associados a esses povos, a exemplo dos primeiros ocupantes da região, ocorrida em torno de 7 mil a 6.600 anos antes do presente. Posteriormente, a Ilha de São Luís passou a ser colonizada por grupos sambaqueiros associados a cerâmica Mina, que desde 5.800 anos antes do presente ocuparam várias regiões, culminando com a chegada de grupos amazônicos, possivelmente vinculados ao *Horizonte ceramista inciso associado à terra preta*, entre 2 mil a 1 mil anos atrás e, finalizando, com a presença massiva de povos Tupinambá, entre os séculos XIV e XVII, já em período de contato com o colonizador europeu (BANDEIRA, 2015). Esses sítios serão amostrados por meio da adoção de dois critérios que estarão presentes no Inventário: o político-administrativo, no qual a Ilha de São Luís foi dividida pelos limites dos quatro municípios e o fisiográfico, associado às 12 bacias hidrográficas que conformam a área de pesquisa, conforme delimitação proposta por ARAÚJO et al. (2009) ilustrada na Figura 2.

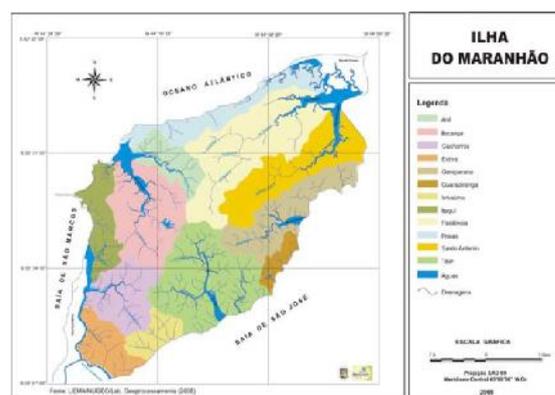


Figura 2. Bacias hidrográficas da Ilha de São Luís. Fonte: ARAÚJO et al., 2009

Bacia hidrográfica	Área (km²)
Anil	40,94
Bacanga	105,9
Cachorros	65
Estiva	41,65
Geniparana	81,18
Guarapiranga	16,48
Inhaúma	27,52
Itaqui	48,60
Paciência	153,12
Praias	61,05
Santo Antonio	100,46
Tibiri	140,04

As áreas das bacias hidrográficas que compõem a Ilha de São Luís, com as suas respectivas áreas foram descritas no quadro anterior. A partir do zoneamento das bacias, partiu-se para o preenchimento das fichas que compõem o Inventário Prospectivo de Varredura e Conhecimento. Nas palavras de Londres inventariar consiste em:

Identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas (LONDRES, 2000, p. 20).

O inventário de conhecimento foi uma metodologia desenvolvida para realizar pesquisas com as temáticas históricas e culturais, sobretudo em regiões desconhecidas. Para Soares (2009, p. 286):

O inventário é indicado nominalmente em dispositivo constitucional como um dos instrumentos para promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. É um instrumento de proteção dos bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos ou privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, pode ser feito por entes públicos e privados, com adoção de metodologia pré-determinada pelo órgão cultural ou com o uso de metodologia desenvolvida por outros experts ou profissionais que lidem com patrimônio cultural.

Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Portanto, exige uma rigorosa pesquisa, organização e sistematização das informações obtidas, que deve seguir as fases de desenvolvimento de uma pesquisa científica (LONDRES, 2000). Logo, a realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes, que no caso em questão são os sítios arqueológicos da Ilha de São Luís. De acordo com os procedimentos anteriormente citados, a pesquisa foi estruturada com base nas seguintes fases e etapas:

Fases da pesquisa: As fases da metodologia do inventário de conhecimento dos sítios arqueológicos da Ilha de São Luís estão resumidas nos seguintes passos:

) Levantamento bibliográfico em múltiplas fontes de referência:

-) Documentação primária
-) Cartografia histórica
-) Relatos de cronistas
-) Livros, artigos, monografias, relatórios

) Consulta ao órgão gestor do patrimônio arqueológico

Foram utilizados os bancos de dados do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA), como o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) por municípios, do IPHAN e outras referências de zoneamento.

) Pesquisa de campo realizada nos municípios que formam a região da pesquisa

Para caracterizar os sítios arqueológicos da Ilha de São Luís é necessário conhecer as áreas onde os sítios estão inseridos. O levantamento de dados geoambientais vem cumprindo a função de caracterizar a paisagem dos sítios, como também prover dados para inferir a relação dos sítios arqueológicos com o meio ambiente por meio dos seguintes aspectos:

-) Geologia
-) Geomorfologia
-) Pedologia
-) Topografia
-) Hidrografia
-) Vegetação
-) Uso e ocupação do solo

Além dos aspectos geoambientais, as atividades de campo vêm servindo para caracterizar o uso e ocupação do solo atual onde estão inseridos os sítios arqueológicos com base nas seguintes categorias.

Caracterização das áreas para fins de gestão territorial do componente arqueológico: Ainda em campo, para além da identificação dos sítios, as áreas onde eles estão inseridos vêm sendo caracterizadas, classificadas e zoneadas com base em uso atual, a partir das seguintes categorias (JULIANI, 1996; OLIVEIRA, 2005):

) Residências unifamiliares: apresentam como principal estrutura a casa, havendo espaços não construídos que podem variar conforme a classe social a que pertencem. Normalmente não apresenta grandes perturbações no registro arqueológico. Bairros recentes com estas características são propícios à ocorrência de vestígios arqueológicos pré-históricos, enquanto os bairros antigos mantêm seu próprio registro arqueológico. Em ambos, a preservação do registro arqueológico é considerada excelente. Entretanto, nos loteamentos e construções de condomínios residenciais contemporâneos, quando da preparação do terreno é comum a realização de terraplanagem resultando na destruição do solo original. Oferecem assim, conforme impacto no terreno, grau de preservação variável.

) Residências multifamiliares: caracterizam-se pelas estruturas de prédios residenciais, moradia de diversas famílias, onde o uso do solo é intensivo com poucos espaços não construídos. O grau de preservação do registro arqueológico varia conforme as dimensões da estrutura, sendo geralmente baixo.

-) Áreas de uso comercial: áreas onde os prédios e fundações são relativamente de grande porte, com poucos espaços livres, geralmente o registro arqueológico é perturbado, com um grau baixo de preservação. Entretanto, chama-se a atenção para algumas especificidades, como as áreas de estacionamento a céu aberto dos shopping centers ou o uso de edifícios com as mesmas características das residências unifamiliares, além das áreas comerciais antigas com bom potencial histórico. O grau de preservação é variável conforme o contexto.
-) Áreas de uso industrial: locais que se caracterizam pela exploração ou processamento de matérias-primas. Variam muito na intensidade de uso do solo, de áreas com solo não perturbado como reservas industriais, até pontos completamente destruídos como áreas de exploração de recursos minerais. Os distritos industriais antigos proporcionam um alto potencial como objeto da arqueologia industrial. As áreas de uso industrial recentes, conforme o tipo de uso a que submetem o solo, apresentam um grau de preservação variável.
-) Áreas de uso público: abrange os locais onde a população de modo geral tem acesso. Foram classificadas como áreas de lazer, representadas por parques, jardins e praças públicas possuindo um alto grau de preservação do solo; e escolas, que apresentam áreas edificadas como também grandes espaços livres, com grau de preservação variável. Contudo, havendo potencial arqueológico, podem proporcionar uma excelente oportunidade para fins educacionais.
-) Ruas: constituem tipo singular de área de uso público, formadora de uma porção significativa da paisagem urbana. Com exceção das grandes vias expressas onde a construção gera grandes alterações no solo, as ruas se mantêm com pouca perturbação. Estas últimas caracterizam-se basicamente por serviços de infraestrutura urbana, sendo que os logradouros pavimentados possibilitam melhor preservação do que os não pavimentados. O grau de preservação do solo é considerado de médio a alto.
-) Vazios urbanos: áreas não ocupadas variam conforme as razões da sua não utilização: terrenos não ocupados na malha urbana, áreas não propícias à ocupação e reservas urbanas (usadas para especulação imobiliária entre outros fins). Possuem excelente grau de preservação de vestígios arqueológicos.
-) Áreas rurais: caracterizam-se por áreas pertencentes ao município onde a malha urbana ainda não se apresenta. Podem possuir finalidades de lazer como sítios, de produção agrícola ou pecuária e de preservação ambiental. Definidas como sendo de alto grau de preservação.
-) Edifício com três pavimentos: potencial arqueológico médio;
-) Edifício com quatro ou mais pavimentos: potencial arqueológico baixo;

Lotes sem construção não são necessariamente vazios urbanos, pois não equivalem a lotes sem uso. Nesta categoria serão incluídos terrenos utilizados como estacionamento, ou que tiveram edificações anteriores demolidas, tornando-se terrenos baldios. O mesmo ocorre com áreas rurais utilizadas na agricultura e na pecuária que, ainda que não apresentem estruturas construídas desenvolvem atividades que implicam em perturbações do subsolo. Estas áreas sem construção serão consideradas como áreas de alto potencial arqueológico. Edifícios com subsolo, por sua vez, são caracterizados como de baixo ou potencial nulo, tendo em vista o impacto que sua instalação causa em sub-superfície.

Sistematização dos resultados para construção de mapas temáticos: A massa de dados levantados está sendo reunida em um banco de dados onde estão sistematizadas todas as referências, gerando um corpo de informações de toda a Ilha de São Luís. Após a revisão dos registros sobre os sítios arqueológicos será possível estabelecer quais variáveis são determinantes para a definição de um modelo preditivo para a identificação de áreas propícias a ocupações pré-históricas e históricas, e assim estabelecer áreas de amostragem para a realização de levantamentos complementares, *a posteriori*.

Elaboração da Carta Arqueológica da Ilha de São Luís: Após a caracterização arqueológica de cada bacia hidrográfica, os dados serão plotados em mapas com todos os sítios conhecidos georeferenciados por bacia e por município, construindo com isso o zoneamento da Ilha de São Luís. Uma vez levantados os sítios arqueológicos conhecidos, bem como os processos geoambientais e antrópicos (usos contemporâneos do solo) em ação, o banco de dados resultante produzirá uma visualização geral da matriz arqueológica da Ilha. Sobrepostos os mapas e os dados levantados em campo e na bibliografia, formar-se-á uma imagem em camadas, onde as diferentes ocupações humanas identificáveis arqueologicamente serão visualizadas mais nitidamente em suas inter-relações sincrônicas e diacrônicas. Essa imagem será denominada da Carta Arqueológica da Ilha de São Luís.

DISCUSSÃO

A Carta de Laussane, que trata da proteção e gestão do patrimônio arqueológico, adotada na 9ª Assembleia Geral do ICOMOS, na Suíça, em 1990 concebe o patrimônio arqueológico compreende como:

A porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 2004, p. 304).

No que se refere às características das edificações presentes nas áreas e suas relações com o potencial arqueológico, independentemente de seu uso, utilizamos como parâmetro classificatório os critérios a seguir: (OLIVEIRA, 2005):

-) Sem construção: potencial arqueológico alto;
-) Edifício com subsolo: potencial arqueológico baixo;
-) Edifício com um pavimento: potencial arqueológico alto;
-) Edifício com dois pavimentos: potencial arqueológico alto;

Conforme exposto, a arqueologia é a área do conhecimento que lida com o patrimônio arqueológico, sendo que Trigger (2004, p. 19) a conceitua como

Uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém, ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar comportamento da população que eles estudam: ao contrário dos historiadores, também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos.

Os sítios arqueológicos são espaços de vivências e a cultura material materializa os produtos de comportamentos corporais e de gestos culturalmente aprendidos, que segundo Oosterbeek (2004), nasce de uma cultura não binária, ele é percebido, inúmeras vezes, em sequências de oposições: patrimônio arqueológico (subterrâneo, fora do campo visual) e arquitetônico (aéreo, integrado no horizonte); patrimônio móvel (que envolvemos) e imóvel (que nos envolve); patrimônio identitário (etnográfico) e patrimônio não identitário patrimônio imaterial (frágil) e patrimônio material (perene); paisagens (percepções) e sítios (sensações). Aproximando-se das sociedades do passado por meio da cultura material que sobreviveu à usura do tempo, a arqueologia, principalmente a realizada em culturas sem escrita, busca construir histórias que eram baseadas quase que exclusivamente na oralidade, mas por meio dos objetos remanescentes (OOSTERBEEK, 2004), sendo de fundamental importância para história, cultura e memória dos povos.

Diante disso, a pesquisa tem uma forte interface com o sistema de informação geográfica (SIG) para realização do inventário cultural do patrimônio arqueológico. A interface entre SIG e Arqueologia já é uma tendência nas investigações arqueológicas, sobretudo, para localização e georeferenciamento de sítios, mapeamento de áreas potenciais e zoneamento do território. Neste âmbito, o geoprocessamento das informações coletadas em diferentes fontes permitirá a convergência de diversos sítios em uma base de dados única que servirá de referência para criação de mapas temáticos, zonas potenciais, áreas para proteção, dentre outros. As temáticas que envolvem o patrimônio histórico e cultural no Maranhão ficaram por muitas décadas relegadas aos trabalhos realizados pelos órgãos estatais de preservação e fiscalização.

Os reflexos dessa conduta ainda estão fortemente arraigados entre os gestores culturais que atuam no poder público com condutas policiais, nada inclusivas e com decisões verticais e que não envolvem a sociedade civil. No Maranhão, a lida com o patrimônio arqueológico encontra-se concentrada no poder público federal, tendo o IPHAN e a sua Superintendência Estadual, os responsáveis pela gestão dos bens arqueológicos. Além disso, o órgão tem que dividir a sua atuação para outros componentes do patrimônio cultural do Estado. Não é de se estranhar que a baixa visibilidade do componente arqueológico, em detrimento a outros bens culturais, como o conjunto arquitetônico, o patrimônio imaterial e outras manifestações artísticas legam aos sítios arqueológicos um *status* de total esquecimento, que só volta a público quando algum sítio arqueológico destruído é noticiado ou uma obra é paralisada para a realização de pesquisas

arqueológicas. Atuar preventivamente e mitigar a destruição dos bens arqueológicos são as principais recomendações patrimoniais internacionais, a exemplo da Carta de Atenas, de 1931; Carta de Nova Dhéli, de 1956 e a Carta de Lausanne, de 1991, além da legislação nacional, em função do caráter finito deste patrimônio, pois sítios e artefatos correm riscos de destruição diários quando atividades que envolvem o revolvimento do solo ou que possam impactar a matriz arqueológica são realizadas sem o devido acompanhamento da pesquisa arqueológica preventiva. Neste contexto, a construção de estradas, dutos, diques, linhas de transmissão, açudes, aterros, terraplenagens, além de atividades agropecuárias e florestais extensivas podem levar a destruição de assentamentos e de outros vestígios materiais das antigas populações que ocuparam o território muito antes da comunidade científica conhecer tais assentamentos.

Na Ilha de São Luís este cenário é particularmente preocupante, pois a expansão desordenada, a falta de planejamento urbano, a ausência de efetividade das políticas de uso e ocupação do solo, a existência de zoneamentos territoriais pouco efetivos e que não consideram todos os componentes socioambientais e a realização de muitas obras que impactam o meio ambiente sem o devido acompanhamento dos órgãos ambientais são fatores que levam a destruição do patrimônio arqueológico.

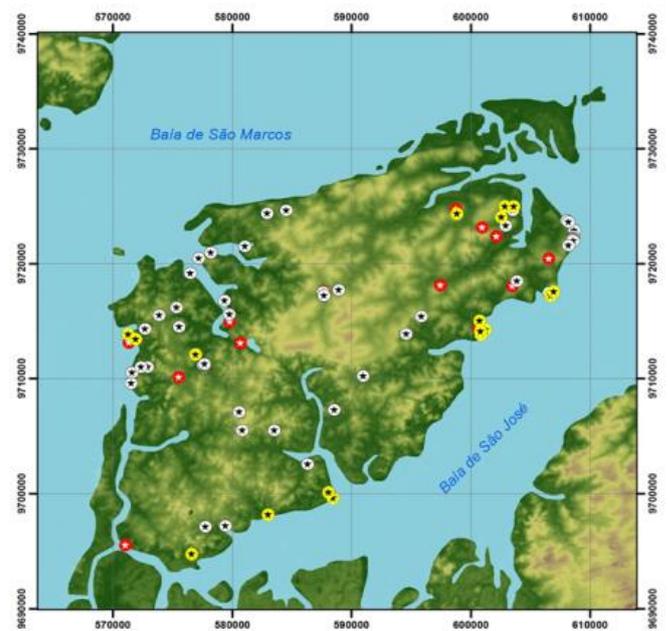


Figura 3. Identificação dos sítios arqueológicos na Ilha de São Luís

Diante deste quadro, a pesquisa se reverte de grande importância, pois vem diagnosticando e propondo medidas que possam transformar a realidade exemplificada. Portanto, a atuação das universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil é de extrema relevância para se ampliar o leque de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, sobretudo, pelo fato da proteção desses bens ser uma ação eminentemente estatal de um órgão que tem atuado em muitas frentes. Neste contexto, outros agentes devem entrar em cena, realizando inventários, mapeamentos culturais para identificação de sítios arqueológicos, estudos de coleções em museus, dentre outras ações.

Dentre alguns resultados destacamos a importância histórica e cultural da área foco da pesquisa, que aglutina uma grande quantidade de sítios arqueológicos, que remontam a quase 7 mil anos atrás, além de dois sítios arqueológicos tombados, a exemplo do Sambaqui do Pindaí e o Sítio do Físico ou Santo Antônio das Alegrias, em Paço do Lumiar e São Luís, respectivamente. Outro aspecto é o próprio desequilíbrio das informações oficiais quando observamos os bancos de dados do IPHAN.

Ora, se a gestão e a fiscalização são feitas com base naquilo que é conhecido, a desatualização desses números, que inclusive são acessados por outros órgãos gestores e pelo grande público torna-se um sério problema quando pensamos políticas públicas para a cidade em consonância com o seu patrimônio cultural subterrâneo. O desconhecimento resulta no apagamento e riscos de perdas desses referenciais culturais, afetando a criação de mecanismos de proteção do patrimônio arqueológico. Além disso, a ausência inventários para o patrimônio arqueológico do Maranhão, em detrimento a muitos outros inventários já realizados, como o das edificações na área tombada de São Luís, publicado em 2007; do patrimônio azulejar, publicado em 2012, do patrimônio ferroviário, publicado em 2009; das embarcações do Maranhão, publicado em 1998; do Tambor de Crioula, publicado em 2007 e do Bumba meu Boi, publicado em 2011, vem consolidar mais um campo de atuação em um dos componentes do patrimônio cultural brasileiro, e que corre mais risco de destruição: os bens de natureza arqueológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Inventário Prospectivo de Varredura e Conhecimento para fins de identificação e zoneamento dos sítios arqueológicos na Ilha de São Luís vem sistematizando o conhecimento já existente e avançando em novas contribuições, agregando um conjunto de outros componentes do patrimônio cultural maranhense já inventariados. Portanto, os produtos gerados pelo inventário serão de suma importância para a gestão do território, com base em um zoneamento estruturado em informações empíricas, mas que podem ser utilizadas em modelos preditivos, a partir da construção de mapas temáticos e que fornecerão subsídios técnicos para elaboração de políticas culturais para salvaguarda, proteção e divulgação do patrimônio arqueológico, além de contribuir na sistematização do acervo documental que versam sobre os sítios arqueológicos na Ilha de São Luís; organização dos dados em banco de dados multifunções possibilitando construir diferentes problematizações sobre os sítios arqueológicos; caracterização e a dinâmica territorial atual das áreas onde se localizam os sítios arqueológicos e na elaboração de mapas temáticos das áreas pesquisadas, zoneando os sítios arqueológicos em relação ao território onde encontram-se inseridos e, que, resultarão na primeira Carta Arqueológica da Ilha de São Luís, Maranhão.

Os mapas temáticos e a Carta Arqueológica da Ilha de São Luís permitirão o acesso facilitado dos órgãos gestores e do grande público ao conjunto de informações sistematizadas, atualizadas e analisadas, auxiliando na tomada de decisão, a exemplo de para onde expandir e como expandir. A documentação cartográfica também será essencial para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, especialmente pelo fato das bases de dados do IPHAN estarem desatualizadas. Por fim, espera-se que o conjunto de informações produzidas no âmbito do projeto possibilite zonestar e setORIZAR as áreas da Ilha

da Ilha de São Luís, com base no potencial arqueológico inferido por estudos bibliográficos, leituras da paisagem e levantamentos de campo, contribuindo para a gestão territorial das cidades que compõem esse ambiente insular.

REFERÊNCIAS

- Alencar Neto, W J L. 2015. Modelo preditivo para identificação de áreas susceptíveis à ocorrência de sítios arqueológicos na Ilha de São Luís – Maranhão. 2015. Monografia (graduação). IFPI- Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Piauí, Teresina.
- Araújo, E. P. et al. 2009. Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14. (SBSR).
- Bandeira, A M. 2013. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. 1096f. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bandeira, A M. 2015. Distribuição espacial dos sítios Tupi na Ilha de São Luís, Maranhão. Cadernos do LEPAARQ. Vol. XII, nº24.
- Bandeira, A M. 2016. A cerâmica Mina no Maranhão. In Barreto, LIMA, Cristiana Helena Pinto, JAIMES, Carla (Orgs.) Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN, Ministério da Cultura.
- Bandeira, A M. 2018. Os sambaquis na Ilha de São Luís – MA: processo de formação, cultura material cerâmica e cronologia. Revista Memorare, Tubarão. v. 2, n. 1/2/3.
- D'abbeville, C. 2002. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano.
- D'éveux, Y. 2002. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br
- Icomos, 2009. Caderno de Sociomuseologia. Carta de Lausanne: carta para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, 1990. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, p. 233-242.
- Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: www.iphan.gov.br
- Juliani, L J C O. 1996. Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.
- Londres, C. 2000. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Soares, I V P. 2009. Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte: Fórum.
- Oliveira, A T. 2005. Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre: PUCRS.
- Oosterbeek, L. 2004. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. 1, n. 2. Pelotas, RS: Editora da UFPEL.
- Trigger, B G. 2004. História do pensamento arqueológico. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus.